

Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil

Acácio Zuniga Leite

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: acacio_briozo@yahoo.com.br

Sérgio Sauer

Universidade de Brasília (UnB) – Planaltina, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: sauer@unb.br

Bruno Portela Brasileiro

Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil.
e-mail: brasileiro@ufpr.br

Araê Claudinei Lombardi

e-mail: arae.agroeco@gmail.com

Resumo

Apesar da política de assentamentos ter beneficiado cerca de um milhão de famílias desde 1985, são poucos os estudos que avaliam avanços e desafios para sua implementação. Consequentemente, existem lacunas na avaliação das situações de vida nos assentamentos pelas próprias famílias. Este estudo procura identificar os fatores principais da política de implementação de assentamentos agrários que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Foram utilizados dados da “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” (PQRA), coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2010. A análise dos dados, por meio de regressão logística, subsidia a discussão da relação entre o acesso a políticas públicas e a satisfação das famílias assentadas. Os resultados demonstram a existência de diferentes respostas em abrangências nacional e regionais, que podem ser exploradas para o desenvolvimento dos assentamentos. Os principais achados estão relacionados ao impacto das políticas de apoio técnico, habitação e a relevância do fator tempo no aumento da satisfação das famílias beneficiadas.

Palavras chave: Desenvolvimento rural; razões de chance; percepção; avaliação de políticas públicas.

Propulsores del desarrollo socioeconómico en asentamientos de reforma agraria en Brasil

Resumen

Aunque la política agraria ha beneficiado a alrededor de un millón de familias asentadas desde 1985, los estudios que evalúan su implementación son escasos. Además, hay brechas en la evaluación de las situaciones de vida actuales en los asentamientos por parte de las propias familias. Este estudio busca identificar los principales factores en la política de implementación de asentamientos agrarios que contribuyen al desarrollo socioeconómico de las familias asentadas. Se utilizaron datos de la “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” lograda por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) en 2010. La análisis de los datos, mediante regresión logística,

apoya la discusión de la relación entre acceso a políticas públicas y satisfacción de las familias asentadas. Los resultados demuestran la existencia de diferentes respuestas a nivel nacional y regional, que pueden explorarse para el desarrollo de asentamientos. Los principales hallazgos se relacionan con el impacto de las políticas de apoyo técnico, vivienda y la relevancia del factor tiempo para incrementar la satisfacción de las familias beneficiarias.

Palabras clave: Desarrollo rural; oportunidad relativa; percepción; evaluación de políticas públicas.

Propulsors of the socioeconomic development in the agrarian reform settlements in Brazil

Abstract

Although the settlement policy has benefited about one million families since 1985, studies evaluating advances and challenges in its implementation are scarce. Accordingly, there are gaps in families' own assessment of their current life situations in settlements. This study searches for the main factors in agrarian settlements implementation policy that contribute to socioeconomic development of settled families. Data from the "Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária" realized by INCRA in 2010 were used. The data analysis through logistic regression support the discussion between public policies access and families' satisfaction. The results demonstrate the existence of different responses at national and regional levels, which can be explored for the settlements' development. The main findings are related to the impact of technical assistance policies, housing and the relevance of the time living in the settlement increasing the satisfaction of the beneficiary families.

Keywords: Rural development; odds ratio; perception; public policy evaluation

Introdução

Para além da desconcentração e distribuição de terras, o Estado Brasileiro deve, de acordo com a legislação agrária, executar outras políticas públicas de desenvolvimento dos projetos de assentamento, atendendo necessidades e direitos expressos principalmente no artigo 6º da Constituição Federal. Existem melhorias quase que imediatas nas condições de vida de uma família que sai de um barraco de lona preta, moradia transitória e precária, para um lote em um assentamento. Mas as condições precárias não são superadas apenas com o acesso à terra (MATTEI, 2011; DELGADO, 2017). A ação do Estado, quando do reconhecimento da situação de vulnerabilidade de grupos ou famílias, deveria garantir as plenas condições para que os sujeitos se desenvolvam e tenham controle sobre a própria vida, dando condições de acesso aos instrumentos que garantiriam o desenvolvimento socioeconômico (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA], 2013; FERNANDES, 2016).

Em última instância, a criação de assentamentos deve propiciar que os sujeitos exerçam suas capacidades humanas básicas, garantindo integridade psicofísica, um lugar digno para morar e condições para desenvolver seus modos de vidas. Portanto, a política

pública não deveria tratar apenas do acesso à terra (criação de projetos de assentamentos) e concessão de créditos, mas de garantir capacidades produtivas para essas famílias no intuito de alavancar um amplo desenvolvimento, com melhorias sociais, econômicas e políticas (LEITE, 2017).

A política de criação de assentamentos, paralisada depois de 2017 (LEITE, 2019; LEITE, TUBINO e SAUER, 2019), apresenta uma série de entraves e equívocos na sua execução criando, ainda que ocasionalmente, verdadeiros fracassos que não atendem a proposta de desenvolvimento social (SPAROVEK, 2003). Situações de precariedade e dificuldades, como a criação de assentamentos em locais de difícil acesso ou mesmo em imóveis com solos altamente degradados, alimentam leituras que negam a necessidade de uma reforma agrária como uma ação estruturante e condenam a política realizada de implantação de assentamentos. Tais posições infelizmente têm ganho respaldo na sociedade em geral, especialmente após 2016.

Nas disputas por recursos públicos e direcionamento de políticas, diversas manifestações na mídia caracterizam os assentamentos como favelas rurais (O ESTADO, 2013), com acusações de baixa produção (NUBLAT, 2009), partindo de atores sociais de diferentes posições no campo político. Ainda que pontualmente, o mesmo tipo de afirmação ocorre em espaços acadêmicos, a partir da análise de situações específicas, utilizadas equivocadamente para caracterizar essa política de abrangência nacional e com mais de trinta e cinco anos de duração (MELLO, 2012; SILVEIRA, 2008).

Para uma melhor compreensão, a realidade dos assentamentos deve ser lida dentro da sua complexidade e especificidades, apresentando visões suficientemente amplas sobre a viabilidade de uma política de reforma agrária (MATTEI, 2017; DELGADO, 2017). Estudos sobre a pertinência ou atualidade da reforma agrária, com levantamentos de abrangência nacional, ganham maior relevância, especialmente diante da paralisação completa das políticas governamentais e captura do INCRA por setores ruralistas (LEITE, TUBINO e SAUER, 2019). Apesar de existir um bom número de teses, estudos e pesquisas acadêmicas sobre as condições de vida em assentamentos, as informações, em geral, vêm de pesquisas locais (PEREIRA, 2005; PRANDO, 2011; MERCADANTE e ALMEIDA, 2019), microrregionais (FERREIRA, SILVA e ANTUNIASSI, 1999; MAZZINI, MARTIN e FERNANDES, 2007; FERRANTE, BARONE e ALMEIDA, 2010; CARVALHO, 2013; POLLNOW, CALDAS e SPERLING, 2020) ou, quando muito, de caráter regional (FERRANTE e BERGAMASCO, 1995; LEITE, HEREDIA e MEDEIROS, 2004; IPEA, 2013; MAIA, KHAN e SOUSA, 2013).

Poucos estudos analisaram, em escala mais ampla, o impacto das políticas de criação de assentamentos (acesso à terra, combinado com a implementação de políticas públicas) sobre as condições de vida das famílias beneficiárias. Destacam-se os trabalhos de maior abrangência geográfica de Leite e co-autores (2004), Sparovek (2003) e Monte e

Pereira (2009). Ganha especial relevância, portanto, a aferição da situação de vida das famílias assentadas, seja para fortalecer ações de prestações de contas do Estado à sociedade, seja para contribuir com análises sobre a implantação de assentamentos e o aperfeiçoamento da política fundiária, mas especialmente para resistir ao desmantelamento de políticas públicas (MATTEI, 2017) e reivindicar a execução da reforma agrária (DELGADO, 2017; LEITE, 2017).

Este artigo identifica os fatores principais da política de implementação de assentamentos agrários (propulsores) que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das famílias por meio da análise da base de dados da “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” (PQRA), realizada em 2010 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2011). O estudo destaca convergências entre a promoção de direitos e estruturação produtiva, enfatizando a avaliação das condições de vida pelas próprias famílias assentadas e procura colocar em diálogo a percepção das famílias assentadas sobre o seu desenvolvimento socioeconômico (o que pensam sobre suas condições de vida), o tempo de criação do assentamento e a pertinência dos mecanismos de promoção de direitos e estruturação produtiva (acesso a crédito, utilização de práticas agrícolas específicas etc.), executados no escopo da política de implantação de assentamentos pelo Governo Federal. Considerando as percepções das famílias assentadas, a intenção é debater o disseminado argumento de que os assentamentos são territórios de fracasso ou sem condições de desenvolvimento (FERNANDES, 2008; 2016; LEITE, 2017).

Além dessa introdução, o artigo apresenta três outras seções. A subsequente com os materiais e métodos empregados no estudo, seguida pelos os resultados obtidos em diferentes escalas e suas análises. Por fim, nas considerações finais são apontados elementos síntese deste trabalho, além de ressalvas na inferência dos resultados obtidos.

Materiais e métodos

Referendar as políticas de reforma agrária exige também disputar o sentido de sua existência ou atualidade (FERNANDES, 2016; 2017; LEITE, 2017). Exige disputar novas particularidades, ou simplesmente rechaçá-las (DELGADO, 2017; MATTEI, 2017). Para tanto, é corriqueiro o uso de levantamentos, de diversos níveis de embasamento e recortes metodológicos, sobre a situação dos assentamentos de reforma agrária. Nesta análise, foram utilizados os dados da Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA), realizada em 2010. O objetivo do estudo do INCRA foi obter e sistematizar dados relacionados à situação social e econômica dos projetos

de assentamento em nível nacional (INCRA, 2011), privilegiando uma abordagem a partir da percepção dos sujeitos.¹

O universo amostral da PQRA foi composto tendo como base 804.867 famílias, assentadas entre os anos de 1985 e 2008, em projetos localizados em todo o território brasileiro. Os dados amostrais foram obtidos por meio da aplicação de questionários junto a 16.147 famílias de 1.164 assentamentos, localizados nas 27 unidades federativas. A PQRA coletou dados relativos à produção, infraestrutura, renda, educação, saúde e recursos naturais dos assentamentos (INCRA, 2011). A distribuição dos questionários aplicados encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição dos questionários aplicados por quantidade de famílias, assentamentos, região e período de criação dos assentamentos.

Região	1985-1994	1995-2003	2004-2008	Total Geral
	Famílias (Assentamentos)	Famílias (Assentamentos)	Famílias (Assentamentos)	Famílias (Assentamentos)
Norte	1.288 (50)	1.963 (82)	1.678 (82)	4.929 (214)
Nordeste	984 (100)	2.131 (155)	2.197 (174)	5.312 (429)
Centro-Oeste	346 (40)	744 (65)	786 (64)	1.876 (169)
Sudeste	660 (47)	1.054 (77)	783 (71)	2.497 (195)
Sul	536 (49)	671 (70)	326 (38)	1.533 (157)
Brasil	3.814 (286)	6.563 (449)	5.770 (429)	16.147 (1.164)

Fonte: Base de dados da PQRA (Incra, 2011) – Elaboração própria.

A análise dos dados da PQRA neste texto empregou métodos estatísticos de análise multivariada, mais especificamente a regressão logística. O método permite estudar a influência de diferentes situações de acesso a mecanismos de alavancagem produtiva e do tempo de criação dos assentamentos sobre a avaliação das famílias em relação às condições de renda, buscando identificar a existência de propulsores para o desenvolvimento (KRZANOWSKI, 1988).

De posse da base de dados da PQRA (INCRA, 2011), foi gerada uma planilha em que variáveis que tinham respostas múltiplas foram transformadas em variáveis *dummy* (as variáveis utilizadas estão no Apêndice I). Foi mantida a condição multicategórica da variável relacionada à fase etária (ano de criação) do assentamento (1985-1994; 1995-2003; 2004-2008) estabelecida pela PQRA.² Em relação às respostas sobre renda, as respostas “muito melhor” e “melhor” à situação anterior ao assentamento foram agregadas e transformadas em resultado positivo (grupo A). As respostas “igual”, “pior” e “muito pior” à situação anterior foram

¹ A pesquisa foi motivada pela divulgação de informações, em 2009, com base em relatório do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) (NUBLAT, 2009), encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), afirmando a situação precária dos assentamentos e a inviabilidade da reforma agrária no Brasil sobre assentamentos.

² As últimas quatro décadas, tomando como início o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, pode ser classificado em três períodos: 1985-1994, 1995-2003 e 2004-2008.

agregadas e transformadas em resultado nulo (grupo B). Da mesma forma, o período histórico em que o assentamento foi criado (1985-1994; 1995-2003; 2004-2008) gerou uma nova variável temporal.

A escolha da variável subjetiva (e dependente) foi baseada na importância da avaliação da renda como possível indicador para a percepção de desenvolvimento e melhoria de vida das pessoas entrevistadas. Com base em autores como Polanyi e Sen, inclusive para defender a pertinência de políticas fundiárias abrangentes como parte constitutiva do desenvolvimento, Leite (2017, p. 53) afirma que o desenvolvimento rural deve ser compreendido “[...] como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade”, cabendo ao Estado ações e políticas para melhorar as condições de vida e trabalho como preservar a natureza no campo brasileiro. Portanto, o desenvolvimento deve ter abordagem multidimensional – nos termos de Amartya Sen (2000) –, mas a variável de satisfação em relação à renda pode ser considerada como fator mensurável principal. A geração de renda e a sua distribuição não são os únicos fatores analíticos considerados, mas não seria possível discutir o desenvolvimento das famílias sem considerar as possibilidades de acesso à renda, inclusive considerando os dados disponibilizados.

A escolha das variáveis objetivas foi baseada nas possíveis relações com a obtenção e/ou melhoria de renda, limitadas ao tempo de existência do assentamento. Esta escolha se deu em quatro eixos principais: (i) acesso a capital; (ii) utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra; (iii) existência de cooperação ou associação e, (iv) estratégias de comercialização.

As variáveis que apresentaram efeito significativo nacionalmente (*p-value* menor que 0,1) foram repetidas para as análises estaduais e para as cinco regiões do País. Os resultados são apresentados na forma de razões de chance (OR).

A análise dá oportunidade de avaliar o poder de discriminação de cada uma das variáveis escolhidas. Descrevendo sinteticamente a forma de interpretação dos resultados, uma razão de chance igual a 1 indica que o evento sob estudo é igualmente provável de ocorrer nos grupos A e B. Uma razão de chance maior do que 1 indica que a condição ou evento tem maior probabilidade de ocorrer no grupo A, enquanto que uma razão de chance menor do que 1 indica o inverso.

Outros estudos voltados à identificação de fatores de satisfação já utilizaram a regressão para caracterizar elementos preditores em diversas áreas do conhecimento. Em especial, a razão de chances tem sido utilizada como uma forma de expressar os resultados em alguns tipos de ensaios clínicos, em análise de enquetes, em estudos mercadológicos e em epidemiologia, tal como em estudos caso-control (GONÇALVES, GOUVÊA e MANTOVANI, 2013; JOIA, RUIZ e DONALISIO, 2007; PERRACINI e RAMOS, 2002; PILZ e SCHERMANN, 2007; CABRAL, 2014).

Resultados e discussão

A reflexão sobre possíveis propulsores do desenvolvimento de assentamentos se concentra na identificação de variáveis que podem impactar (positiva ou negativamente) a percepção das famílias sobre as suas novas condições de renda. As possibilidades de renda na agricultura familiar, em especial nos assentamentos de reforma agrária, são mais amplas do que as variáveis exploradas neste trabalho. Kageyama (2001) analisa as múltiplas fontes de renda das famílias no campo e conclui que as suas três principais fontes são o trabalho agrícola (55%), os trabalhos fora da agricultura (25%) e os benefícios sociais (16,6%). Ressalvados eventuais ajustes nessas proporções ocorridos nos últimos anos, verifica-se a predominância do trabalho agrícola sobre as demais fontes de renda.

A identificação dos principais fatores que viabilizam a satisfação em relação à renda é elemento fundamental para entender o processo de desenvolvimento. Sen (2000), abordando situações para diferentes realidades econômicas, geográficas e culturais, conclui que a privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades, afetando o desenvolvimento, o que justifica a opção em trabalhar com essa categoria. Em último caso, a obtenção de renda satisfatória é um dos fatores que possibilitam a permanência das famílias nos assentamentos (LEITE, HEREDIA e MEDEIROS, 2004).

Analisando os dados da PQRA, as variáveis que apresentaram nacionalmente maior efeito significativo para satisfação em relação à renda foram: (i) acesso a outras modalidades de Pronaf (OR = 1,5876); (ii) acesso ao crédito de instalação - aquisição de material de construção (OR = 1,4276); (iii) acesso ao Pronaf A (OR = 1,3748); (iv) educação ambiental (OR = 1,3217); (v) recuperação de áreas degradadas (OR = 1,3043); e (vi) perfil etário do assentamento (OR = 0,6449). Essa última variável tem o seu aspecto positivo representado pelo efeito inverso: assentamentos mais antigos têm maiores chances de ter avaliação positiva do que assentamentos criados mais recentemente. Isso se dá em função da codificação dos perfis etários 1985-1994, 1995-2003 e 2004-2008 em 1, 2 e 3, respectivamente, de forma que, na análise estatística, quanto maior o código (ou mais recente o assentamento), menor a razão de chance.

Excetuando-se, neste momento, a variável referente ao tempo de criação do assentamento, das outras cinco que tiveram resultados mais expressivos, quatro variáveis estão diretamente ligadas à existência de apoio técnico às famílias. A exceção foi o acesso ao crédito de instalação - modalidade aquisição (material de construção). Esse resultado reforça a importância do serviço de assessoria técnica, econômica e social (ATES) para o desenvolvimento socioeconômico das famílias. Infelizmente, a PQRA não levantou dados

sobre a cobertura de ATES, o que torna impossível avaliar a relação entre satisfação com a renda e ATES apesar de, como dito acima, haver uma ligação direta entre as duas.

Os resultados obtidos em análise nacional apontam a relevância do acesso a financiamentos com rebates e juros subsidiados (Pronaf A, outras modalidades de Pronaf e crédito de instalação - modalidade aquisição de material de construção). Outra questão de grande relevância é o resultado referente às práticas conservacionistas (participação em atividades de educação ambiental e recuperação de áreas degradadas), obtendo razões de chance próximos ao obtidos pelo acesso aos financiamentos citados.

Passando para uma abordagem das variáveis a partir das grandes regiões brasileiras, cabem duas considerações: (i) para além da variável afeta ao tempo de criação do assentamento, que será abordada em seguida e apresenta significância para todas as regiões, outras nove variáveis apresentaram significância em mais de uma região (Quadro 2); e (ii) grandes disparidades nos resultados podem ocorrer em função de condições específicas afetas ao desenvolvimento das forças produtivas, do comportamento dos mercados e outros fatores não identificados.

Quadro 2: Resultados de razão de chance para variáveis que apresentaram resultado de OR significativo sobre a avaliação de melhoria da renda em mais de uma região.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda					
	Brasil	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Acesso a outras modalidades de Pronaf	1,5876	1,3928	-	2,3762	1,2879	1,5542
Acesso ao crédito instalação - aquisição material de construção	1,4276	-	1,5268	-	1,4760	1,5067
Acesso ao Pronaf A	1,3748	-	1,3547	1,7365	1,2396	1,4003
Recuperação de áreas degradadas	1,3043	-	-	-	1,4594	1,7028
Atividades conjuntas de comercialização da produção	1,2415	-	1,4915	-	-	1,5072
Produção de grãos vendida para atravessador	1,2289	0,5004	1,5420	-	1,2360	1,2925
Pousio	1,1912	-	-	-	1,4526	1,1859
Acesso a crédito instalação - apoio inicial	1,1406	1,4491	0,6799	-	1,2069	1,2173
Adubação orgânica	-	-	1,4630	-	1,4285	-
Perfil etário do assentamento	0,6449	0,6515	0,7197	0,5592	0,6436	0,7001

Fonte: Base de dados da PQRA (INCRA, 2011) – Elaboração própria.

Aldrighi (2015) problematiza a existência de um único desenho de políticas para as famílias assentadas. Em tese, tanto as famílias assentadas no Pará como as de Santa Catarina deveriam ter acesso ao mesmo tipo de apoio e suporte por parte do Incra, o que na prática não acontece. Como pode ser verificado na divulgação inicial dos dados da PQRA, existem abissais diferenças na implementação das políticas nas diferentes unidades da federação (INCRA, 2011).

A análise de regressão permite aprofundar esta reflexão inicial: para além de não haver uma operacionalização similar nas diferentes unidades da federação, os impactos das ações apresentam uma amplitude de resultados que deve ser considerada.

De maneira geral, e ressalvando que os resultados obtidos são fruto de uma fotografia tirada em um momento específico, ocorre uma predição média, ainda que de composição muito variável, de desenvolvimento padrão dos assentamentos para as diferentes realidades do Brasil atendidas, estruturada na oferta de capital e no apoio técnico, conforme demonstrado no Quadro 2. Entretanto, a maior riqueza de análise não está em olhar um comportamento nacional padrão e estabelecer um receituário como um caminho para o desenvolvimento dos assentamentos em escala nacional. Para além disso, os resultados apontam para uma diferença no efeito atingido pelas diferentes variáveis apresentadas, que apontam caminhos específicos para a satisfação das famílias. Resguardada a constatação de que as famílias de assentamentos mais antigos têm maior satisfação em relação à renda, para todas as regiões com resultados muito próximos,³ as demais variáveis de maneira geral apresentam oscilações. Esse fato tende a ser amplificado pelos diferentes contextos, histórias de vida e estímulos emanados pelos numerosos fatores com ação direta e indireta sobre as perspectivas de vida das famílias assentadas em cada região, em especial os fatores econômicos. É preciso estipular políticas específicas para atingir condições de vidas satisfatórias em diferentes contextos, obtendo-se assim maior efetividade na execução de políticas públicas.

Ao recuar mais um degrau na escala de análise foram obtidos resultados por unidade da federação. Restringindo arbitrariamente as que apresentaram valores de OR iguais ou maiores que 1,5 ou iguais ou menores que 0,5, constata-se a amplitude de variáveis com resultados positivos e resultados diferentes dentro e entre regiões. Em sequência, são apresentadas todas as condições e resultados maiores que 1,5 e os respectivos valores.

³ Em sequência, são apresentados os valores de ORs, obtidos para a variável perfil etário do assentamento (1985-1994; 1995-2003; 2004-2008), considerando o Brasil e Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, respectivamente, 0,6449; 0,6515; 0,7197; 0,5592; 0,6436; 0,7001.

Quadro 3: Rol de variáveis dependentes relacionadas ao acesso a capital e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Acesso ao crédito instalação - apoio inicial	RS (2,3114) PR (5,4455)	-	-	PI (1,6090) PE (1,7635)	AM (1,8205)
Acesso ao crédito instalação - aquisição material de construção	SC (2,2697)	MG (1,8514) RJ (1,7057)	-	MA (1,9002) CE (3,7545) BA (1,6862) RN (2,7816)	-
Acesso ao crédito instalação - recuperação material de construção	-	RJ (2,2609)	-	AL (2,6186)	AC (0,2943) TO (0,4974) RO (3,3482)
Acesso ao crédito instalação - fomento	-	-	-	-	AP (1,7755)
Acesso ao crédito instalação - apoio semiárido	-	-	-	AL (1,7951)	-
Acesso ao crédito instalação - reestruturação da produção	-	-	-	-	TO (0,3742)
Acesso ao Pronaf A	-	-	MT (2,9649)	PI (4,7368)	TO (2,3491)
Acesso ao Pronaf A/C	-	-	-	RN (6,0802) MA (2,7024)	TO (3,9638)
Acesso a outras modalidades de Pronaf	-	ES (2,3270)	GO (2,3270) MT (11,7520)	-	PA (1,9540)
Financiamento de fontes diversas, exceto Pronaf	-	-	-	BA (2,6917) PI (2,0889)	TO (2,2306)

Fonte: Base de dados da PQRA (INCRA, 2011) – Elaboração própria.

Entre os principais mecanismos de acesso a capital, destaca-se o crédito para aquisição de material de construção, tanto pela frequência obtida quanto pelo peso deste na satisfação das famílias, conforme resultados atingidos nas regressões nas escalas estaduais, regionais ou nacional. Apesar de não ser um crédito de produção, a família deixa de investir na construção da casa para investir em mais produção, lazer ou bens de consumo. Não foram encontrados estudos na literatura analisando os impactos das diversas modalidades de crédito de instalação na satisfação das famílias residentes em assentamentos ou em suas condições de vida.

Com exceção do crédito de instalação na modalidade apoio à mulher, as demais modalidades apresentaram resultados significativos em, pelo menos, uma unidade federativa, demonstrando a importância dessa modalidade de financiamento para dar condições de instalação e consequente estratégia de desenvolvimento das famílias assentadas.

Os resultados de OR inferiores a 1,0 obtidos para as modalidades fomento e adicional fomento estão em desacordo com os resultados encontrados para os demais mecanismos de apoio à produção. Algumas hipóteses podem ser lançadas para serem exploradas por eventuais estudos posteriores: (i) em função da discricionariedade de gestores regionais do Incra, pode ter sido dada prioridade ao público em pior situação de renda para receber acesso a estas modalidades de crédito; (ii) elevada expectativa de melhoria na renda em função do acesso ao crédito, que tem baixo valor (iii) desvinculação dessa modalidade, até 2013, do acesso à assistência técnica.

Em simulações realizadas visando garantir a efetividade do crédito de instalação na modalidade fomento, para garantir 80% da cesta alimentar de uma família média de quatro indivíduos, o custo médio de implantação de sistemas de produção girava em torno de R\$ 5.200 em 2013. Com isso se justifica que tal modalidade deveria ser tratada como subvenção com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias e não como crédito. Outro fator a ser considerado, em especial quando se trata dos financiamentos, é a qualidade da elaboração dos projetos técnicos e do apoio técnico prestado na execução dos projetos, variável de difícil mensuração para análises mais globais.

As três variáveis que captaram o acesso às diferentes modalidades de Pronaf apresentaram resultados nacionais significativos. Não foi objetivo deste estudo realizar inferências sobre a relação entre os sistemas de produção e a satisfação em relação à renda. Porém, os resultados obtidos estadualmente, especialmente para as modalidades de custeio do Pronaf, indicam que os maiores resultados positivos de satisfação podem estar ligados a cultivos específicos, o que necessitaria ser aprofundado por estudos complementares. O peso do financiamento de fontes diversas obtido nacionalmente e nos estados da Bahia, Piauí e Tocantins indicam que as famílias assentadas estão obtendo financiamento fora do sistema bancário oficial, provavelmente com atravessadores ou com o complexo agroindustrial mediante operações do tipo *barter*.

Diferentemente do que ocorre com as diversas modalidades de crédito de instalação, existe uma gama variada de estudos, em diferentes áreas do conhecimento, que analisam as modalidades do Pronaf referentes à satisfação de agricultores (CORONEL et al., 2008), à especialização da produção (COSTA e GONÇALVES, 2012), à produtividade (KAGEYAMA, 2003; SANTOS e BRAGA, 2013), à renda (GOMES et al., 2012; DAMASCENO, KHAN e LIMA, 2011; MAGALHÃES et al., 2006) e ao desenho normativo (AQUINO e SCHNEIDER, 2010; MATTEI, 2015). O efeito do acesso ao Pronaf é tema que gera divergências na comunidade acadêmica. O debate dos efeitos do Pronaf sobre agricultura familiar foi tema central que movimentou as discussões sobre crédito nos anos 2000. Esse debate permanece residualmente até os dias atuais. Guanzioli (2007) sintetizou dez anos de execução do Pronaf, analisando a distribuição regional dos recursos e os custos para o Tesouro. Além

disso, apresentou uma síntese de 13 avaliações realizadas por outros autores que, em suma, questionaram os resultados obtidos pelo Pronaf. Bianchini (2016) realizou um balanço dos vinte anos de execução do Pronaf reforçando a necessidade de adequar o Pronaf à diversidade regional dos agricultores familiares em suas diferentes tipologias.

Mattei (2011), analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006 para o estado de Santa Catarina, concluiu que a agricultura familiar apresentou em todos indicadores um desempenho extraordinariamente positivo. Isto revela que o seu potencial produtivo é o maior responsável pela dinamização do setor agropecuário catarinense. Magalhães et al. (2006), analisando a eficácia do Pronaf em Pernambuco, encontrou impactos muito reduzidos e até negativos, em alguns casos, para a renda e a produtividade do trabalho. Isto reforça que existem peculiaridades no processo de execução dos créditos e que o mero aporte de recursos não acarreta um processo linear de desenvolvimento.

Quadro 4: Rol de variáveis dependentes relacionadas a práticas conservacionistas de uso da terra e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Adubação verde	SC (4,0605)	-	-	-	-
Rotação de culturas	-	-	-	AL (2,9533)	-
Consórcio de culturas	-	-	-	SE (2,1952)	-
Recuperação de áreas	-	-	-	PB (0,1657) MA (1,5897)	RO (2,7637)
Adubação orgânica	SC (1,8482)	-	-	BA (1,5276) PB (1,6736) PE (2,0415)	-
Controle alternativo de pragas e doenças	-	-	-	PB (2,4519)	RO (2,3551) RR (0,3677)
Sistema agroflorestal	-	-	-	-	RO (0,2921)
Educação ambiental	-	-	-	SE (3,3813)	-
Pousio	-	-	-	CE (1,5585) PE (2,4805)	AP (4,8422)

Fonte: base de dados da PQRA (Incra, 2011) – elaboração própria.

Sobre a utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra, destacam-se nacionalmente os resultados obtidos com a educação ambiental (OR = 1,3217) e a recuperação de áreas degradadas (OR = 1,3043), além das práticas de pousio (OR = 1,1912) e rotação de culturas (1,1462). Saltam aos olhos também os resultados positivos para OR obtidos em algumas unidades da federação quanto ao uso de adubação verde (SC 4,0605; PR 2,5165) e à adubação orgânica (SC 1,8482; MG 1,4247; BA 1,5276; PB 1,6736; PE 2,0415, Nordeste 1,4285), ao consórcio de culturas (SE 2,1952) e ao controle alternativo de pragas e doenças (PB 2,4519, RO 2,3551), ainda que existam pontualmente resultados contraditórios (adubação verde na BA 0,6269; consórcio de culturas na Região Sudeste 0,8091; recuperação de áreas degradadas na PB 0,1657; adubação orgânica no Maranhão

0,5057; controle alternativo de pragas e doenças em Roraima 0,3677; cultivo de agroflorestas em RO 0,2921). Os resultados sinalizam os potenciais positivos de construção de modelos de produção agropecuários estruturados em bases orgânicas ou na agroecologia.

Quadro 5: Rol de variáveis dependentes relacionadas com cooperação ou associação e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Participação frequente em reuniões da associação ou cooperativa	-	MG (1,6259)	-	-	AC (1,8309)
Atividades conjuntas de aquisição de produtos para produção	-	-	-	AL (0,2279)	AM (3,2158)
Atividades conjuntas de comercialização da produção	-	-	-	-	AM (2,7281) PA (2,5002)

Fonte: base de dados da PQRA (Inkra, 2011) – Elaboração própria.

As análises realizadas não apontam resultados significativos nacionalmente sobre a relação da satisfação com a renda e a existência de cooperação ou associação na produção ou com a participação de membros das famílias em associações e/ou cooperativas. A exceção foi a comercialização conjunta da produção, que se repete nas regiões Sudeste e Norte, além dos estados do Amazonas e Pará.

Quadro 6: Rol de variáveis dependentes relacionadas com aspectos de comercialização e respectivos resultados.

Variáveis	Valores de razão de chance (<i>odds ratio</i>) das variáveis com efeito significativo sobre avaliação de melhoria da renda				
	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Produção de grãos prioritariamente vendida para o mercado institucional	-	MG (0,1549)	-	-	-
Produção de grãos prioritariamente vendida para atravessadores	PR (0,3344)	ES (4,5150)	GO (4,5150)	PB (2,4768) MA (1,8072)	AP (3,3897) RO (2,2349)
Produção de frutas prioritariamente vendida para atravessadores	-	-	-	-	AC (2,3328)
Materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos para atravessadores	-	-	-	-	RR (0,2680)
Produção animal prioritariamente vendida para atravessadores	-	MG (2,0021)	-	-	-
Produção de grãos prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	-	PB (3,1295)	-

Produção de hortaliças prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	MT (0,2592)	BA (3,7941)	-
Produção de frutas prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	ES (3,4385)	GO (3,4385)	-	AM (2,3837)
Materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos diretamente para consumidores	-	-	-	PB (0,2643) PE (0,0687)	AP (2,9114)
Produção animal prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	-	PB (2,4705)	AP (3,6961)
Produção agroindustrial prioritariamente vendida diretamente para consumidores	-	-	-	AL (2,7765) SE (8,2629)	AM (1,8613) AP (1,6057)

Fonte: base de dados da PQRA (Incra, 2011) – elaboração própria.

Os mecanismos públicos de comercialização institucional ainda interferem pouco na satisfação em relação à renda de acordo com os dados obtidos na pesquisa. Existem estudos que ressaltam a importância dos mercados institucionais nos assentamentos (CAMARGO et al. 2013; MARQUES, MOAL e ANDRADE, 2014). Mas, dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento apontam que, em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a participação em números absolutos vem diminuindo. Enquanto em 2012 o PAA estava presente em 31,6% dos assentamentos, percentual que reduziu para 18,9 em 2013 e 13,5 em 2014.

Infelizmente, houve uma diminuição na alocação de recursos orçamentários e execução de políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária após o levantamento de informações da PQRA. Nos anos subsequentes, particularmente no início do segundo mandato da presidenta Dilma (2014-2016), houve diminuição de recursos orçamentários, por exemplo, na criação de novos assentamentos (ver Fernandes, 2017; Delgado, 2017). Em consequência do impeachment em 2016, os Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-em vigência) não só paralisaram as atividades fundiárias, como esvaziaram políticas públicas e reverteram conquistas históricas (LEITE, TUBINO e SAUER, 2019). Essas ações governamentais se constituem em constantes ameaças a direitos conquistados, mas não invalidam os dados obtidos em 2010, que demonstram avanços e perspectivas de desenvolvimento nos projetos de assentamentos (FERNANDES, 2017; LEITE, 2017).

Assim como identificado por Leite, Heredia e Medeiros (2004), os atravessadores têm peso significativo no processo de comercialização nos assentamentos, em especial na cadeia de grãos. Porém, cabe enaltecer os resultados encontrados para os mecanismos de comercialização direta, destacando as cadeias curtas de comercialização. Há tempo são

apresentadas restrições das produções dos assentamentos à inserção nos mercados. Essa posição de baseia no argumento de que pequenos produtores isolados dificilmente são capazes de atingir escala de produção suficiente para realizar transações comerciais rentáveis. A ação em conjunto, em termos práticos, seria capaz de reduzir custos de comercialização, atingir regularidade de oferta e viabilizar a capacidade de negociação de preços, resultando em vantagens competitivas.

As políticas públicas direcionadas ao processamento e à comercialização dos produtos da agricultura familiar, incluindo, neste caso, as direcionadas aos assentamentos, evidenciam oportunidades históricas muito bem determinadas no tempo e no espaço. Uma das primeiras foi o extinto Proceara. Mais recentemente as oportunidades estiveram presentes no Programa Terra Sol, criado pelo Incra em 2004 para estimular a agroindustrialização e a comercialização por meio da gestão e implantação de agroindústrias, com recursos até 2013, obtendo suplementações sucessivas em 2014 e 2015 e abandonadas a partir de 2016, e no Pronaf Agroindústria, modalidade criada em 1998 que possibilita a realização de investimentos visando beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização, com baixíssimos índices de aplicação (ALVES, 2014).

Se, por um lado, a diversificação produtiva constitui uma das características positivas da agricultura familiar, entendida por alguns autores como estratégia desenvolvida para assegurar rentabilidade para a família, por outro lado cria dificuldades para o processo de comercialização e para a inserção regular nos canais de comercialização. Tais dificuldades devem-se à baixa escala, à falta de regularidade na oferta da produção e à falta de padronizações do produto final.

Os sistemas produtivos dos assentamentos estão associados ao setor agropecuário, cuja atividade principal diz respeito ao cultivo do solo para a produção de vegetais (legumes, hortaliças, sementes, frutos, cereais etc.) e/ou à criação de animais (bovino, suíno, frangos, e derivados como leite, queijo, ovos e mel etc.). Em grande medida estão associados também à produção de panificados ou aos produtos que tiveram algum grau de processamento mínimo como: derivados do leite, polpas de frutas, doces, mel, embutidos etc. O produtor isolado, com dificuldade no acesso aos mercados, em certas ocasiões, entrega a sua produção a um intermediário, por um preço mais baixo, deixando de se apropriar de uma margem de renda que poderia obter se vendesse diretamente para o consumidor. As formas tradicionais de comercialização, baseadas em relacionamento individual com intermediários (dotados de infraestrutura de comercialização) são fatores responsáveis pela baixa renda das atividades na agricultura familiar (RANGEL, 2012).

A maioria das transações envolvendo os produtores familiares e canais de venda (como quitandas, varejões, feiras, intermediários) se realiza no livre mercado, no qual preço, quantidade, pagamento e entrega são definidos no momento e a transação não se prolonga

no tempo. São comuns também transações via contratos informais, baseados em confiança, contratos formais e parceria.

A inserção da produção dos agricultores beneficiários das políticas de criação de assentamentos nos mercados e a remoção dos gargalos no escoamento da produção são os principais desafios para o pleno desenvolvimento dos assentamentos rurais (BETANHO e EID, 2008). Permanece a importância de pesquisas e estudos sobre os mercados de comercialização dos produtos. Isso irá auxiliar o aperfeiçoamento, tanto da ação pública quanto das decisões dos produtores, individuais e coletivas.

Com os resultados obtidos pela regressão logística pode-se simular cenários de satisfação em função das especificidades locais. Para além da apresentação de uma situação específica, ressalta-se o resultado díspar das mesmas ações realizadas em diferentes regiões, para famílias em projetos de assentamento de diferentes perfis etários, conforme pode-se observar no Quadro 7, onde foram comparadas, com a situação anterior, quinze situações hipotéticas em que haja, cumulativamente, acesso Pronaf A e outra modalidades de Pronaf, créditos de instalação nas modalidades apoio inicial e aquisição material de construção, atividades conjuntas de aquisição de insumos e comercialização da produção, além de práticas de adubação verde e adubação orgânica.

Quadro 7: Chances de satisfação em relação à renda para diferentes regiões e perfis etários.

Perfil Etário	Região				
	Norte	Nordeste	Centro- Oeste	Sudeste	Sul
1985-1994	66,80%	55,14%	35,28%	81,98%	53,43%
1995-2003	58,48%	44,17%	23,36%	76,61%	42,78%
2004-2008	49,65%	33,75%	14,56%	70,21%	32,75%

Fonte: base de dados da PQRA (Incra, 2011) – elaboração própria.

Os resultados obtidos na simulação apontam resultados muito disparees, embora sempre positivos, para a o mesmo pacote de políticas, o que aponta a relevância da realização de estudos a partir das realidades antes da implementação de políticas.

Considerações Finais

Compreender a importância e o efeito de cada um dos fatores relacionados com a satisfação em relação à renda é essencial para entender os processos de desenvolvimento nos assentamentos, possibilitando inclusive a criação de ferramentas que modulem a execução de políticas públicas com foco no aumento da eficiência na identificação das melhores ações governamentais. Neste trabalho foi possível demonstrar, ao mesmo tempo, a capacidade dos instrumentos em alavancar esse processo, apresentando especificidades

regionais que podem ser exploradas para otimizar o bem estar das famílias residentes nos assentamentos. Os principais achados desta pesquisa estão relacionados ao impacto das políticas de apoio técnico, habitação e a relevância do fator tempo no aumento da satisfação das famílias.

Apesar do desmantelamento atual derivado da tentativa de esvaziamento da CF 88, as conclusões demonstram a importância das políticas fundiárias.

Como limitantes à pesquisa realizada, ressalva-se que os dados não permitem discriminar o peso dos fatores de produção terra e força de trabalho na satisfação das famílias. Além disso, cada ponto de vista registrado é resultado de bagagens, experiências, sonhos e expectativas únicas e que podem variar com o tempo. Os resultados devem ser interpretados como indicativos. A opção do olhar principal sobre a renda dos assentados – que, em certa medida, é uma visão limitada a um fator, se deve ao fato de que, na pesquisa realizada pelo Incra e analisada neste trabalho, o elemento renda era um dos fios condutores do debate.

Entretanto, tais limitações são secundárias dado o ineditismo tanto do método de análise dos dados em relação ao diálogo entre fatores subjetivos e objetivos da vida das famílias assentadas, quanto pela abrangência da amostra obtida.

Referências

ALDRIGHI, C. F. S. **Contribuição crítica à política de ater do Incra para assentamentos de reforma agrária**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. 2015.

ALVES, M. O. **Informe Rural ETENE**, v.8, n. 1, p. 1-19, 2014.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *In: Anais do 8º Congresso Latino-americano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas, PE. 2010.

BETANHO, C.; EID, F. Desafios do processo de realização da mercadoria em assentamentos de reforma agrária de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. **Revista ABET**, v. 7, n. 2, p. 118-137, 2008.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BUAINAIN, A. M. Reforma agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil. *In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008, p. 17-128.

CABRAL, C. I. S. **Aplicação do Modelo de Regressão Logística num Estudo de Mercado**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2014.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R.S. Programa de aquisição de alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, estado de São Paulo. **Informações econômicas**, v. 43, n. 1, p. 18-28, 2013.

CARVALHO, L. H. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária.** Franca, 2013, 228f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

Tese de doutorado). Universidade do Estado de São Paulo, Franca, Brasil, 2013.

CORONEL, D. A.; SONAGLIO, C. M.; ANGELO, H. D.; ZAMBERLAN, C. O.; SILVA, A. F. Pronaf a salvação da lavoura ou problema? Uma análise do nível de satisfação dos produtores. *In: Anais do 46º Congresso da SOBER.* Rio Branco, AC. 2008

COSTA, V. G.; GONÇALVES, A. F. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise crítica. **Revista Aval**, v. 1, n. 9, p. 93-108, 2012.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 1, p. 129-156, 2011.

DELGADO, G. A questão agrária hoje. *In: MATTEI, L. Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas.* Florianópolis: Ed. Insular, 2017, p. 93-108.

FERNANDES, B. M. Questões teóricas e políticas de um governo em disputa: A reforma agrária no Governo Dilma. *In: MATTEI, L. Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas,* Florianópolis: Ed. Insular, 2017, p. 247-267.

FERNANDES, B. M. A importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento do Brasil. *In: DIMENSTEIN, M. et al. (orgs.). Condições de vida e saúde mental em contextos rurais.* São Paulo: Intermeios, 2016, p. 19-44.

FERNANDES, B. M. Conflituosidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Ed. Unicamp, 2008, p. 173-230.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L. M. M. C. Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, v. 11, p. 9-21, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo.** Araraquara: UNESP, 1995

FERREIRA, A. D. F.; SILVA, C. P.; ANTUNIASSI, M. H. Assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil: organização da produção agrícola, condições de vida e sustentabilidade. **Cadernos CERU**, v. 2, n. 10, p. 135-172, 1999.

GOMES, G.; KALESKI, D. W.; CUNHA, P. R.; TOLEDO FILHO, J. R. Avaliação das contribuições do programa de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf e a melhoria da renda familiar dos piscicultores de Blumenau, Santa Catarina. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 84, p. 21-31, 2012.

GONÇALVES, E. B.; GOUVÊA, M. A.; MANTOVANI, D. M. N. Análise de risco de crédito com o uso de regressão logística. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n.20, p. 139-160, 2013.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Base de dados da Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil**. [s.l.]: [s.n.], 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Brasília: IPEA, 2013.

JOIA, L. C.; RUIZ, T.; DONALISIO, M. R. Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, p. 131-138, 2007.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, A. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

KRZANOWSKI, W. J. **Principles of multivariate analysis**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

LEITE, A. Z. **Estudo da política de implementação de assentamentos com foco no desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2016.

LEITE, A. Z. A paralisação da criação de assentamentos de reforma agrária e da homologação de famílias. **Boletim Dataluta**, n. 136, p. 2-7, 2019.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2019, p. 171-190.

LEITE, S.P. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barracloch, Furtado, Hirschman e Sen. In: MATTEI, L. **Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas**. Florianópolis: Ed. Insular, 2017, p. 37-67.

LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA e NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO, R.; DIAS, F. M.; BARROS, A. R. A experiência recente do Pronaf em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 57-74, 2006.

MAIA, G. S.; KHAN, A. S.; SOUSA, E. P. Avaliação do impacto do programa de reforma agrária federal no Ceará: um estudo de caso. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 379-398, 2013.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo. **Ruris**, v. 8, n. 1, p. 63-89, 2014.

MATTEI, L. Por uma nova política de financiamento para os assentados dos programas agrários. **Artigos Oppa**, n. 39, p. 1-4, 2011.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015.

MATTEI, L. Dilemas da reforma agrária brasileira. In: MATTEI, L. **Reforma Agrária no Brasil: Trajetórias e dilemas**, Florianópolis, Ed. Insular, 2017, p. 21-36.

MAZZINI, E. J. T.; MARTIN, E. S.; FERNANDES, B. M. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional. **Formação**, v. 1, n. 14, p. 56-66, 2007.

MELLO, P. F. Reforma agrária brasileira: uma análise da brokerage. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 2, p. 430-450, 2012.

MERCADANTE, P. T. M.; ALMEIDA, R. A. Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no Assentamento 20 de março em Três lagoas/MS. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MONTE, P. A.; PEREIRA, A. E. S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 4, p. 1023-1040, 2009.

NUBLAT, J. **Pesquisa revela produção baixa de assentados**. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200910.htm>. Acesso em 12 set 2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Opinião: As 'quase favelas rurais'**. 2013. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,as-quase-favelas-rurais-imp-,998260>. Acesso em 12 set 2020.

PEREIRA, C. C. **"Devo não nego, pago quando puder"**: entendendo a inadimplência no assentamento rural Casas Altas, Seropédica (RJ). (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil, 2005.

PERRACINI, M. R.; RAMOS, L.R. Fatores associados a quedas em uma coorte de idosos residentes na comunidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 709-716, 2002.

PILZ, E. M. L.; SCHERMANN, L. B. Determinantes biológicos e ambientais no desenvolvimento neuropsicomotor em uma amostra de crianças de Canoas/RS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 181-190, 2007.

POLLNOW, G. E.; CALDAS, N. V.; SPERLING, D. R. O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e compromisso social. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 260-278, 2020.

PRANDO, A. **Políticas públicas para assentamentos de sem-terra: o caso do assentamento Perseverança em Marmeleiro-PR**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Brasil, 2011.

RANGEL, I. **Obras reunidas** (Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012.

REIS, C. V. S.; MOREIRA, T. B. S.; VILPOUX, O. F. Fatores que Afetam a Eficiência Técnica de Produção em Assentamentos Rurais: fronteira estocástica e Two-Limit Tobit. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 3, p. 411-424, 2018.

SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, p. 299-324, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, J. M. F. J. Prefácio. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, Ed. Unicamp, 2008, p.9-16.

SPAROVEK, G. (Org.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

**Apêndice I: Variáveis objetivas escolhidas para a realização de regressão logística
com a variável subjetiva satisfação em relação à renda.**

Categoria	Variável	Descrição
acesso a capital	X ₃	recebimento de crédito apoio inicial pelo Incra;
acesso a capital	X ₄	recebimento de crédito apoio para aquisição de material de construção pelo Incra;
acesso a capital	X ₅	recebimento de crédito apoio para recuperação de habitação pelo Incra
acesso a capital	X ₆	recebimento de crédito apoio mulher pelo Incra
acesso a capital	X ₇	recebimento de crédito apoio fomento pelo Incra
acesso a capital	X ₈	recebimento de crédito apoio adicional fomento pelo Incra
acesso a capital	X ₉	recebimento de crédito apoio semiárido pelo Incra
acesso a capital	X ₁₀	recebimento de crédito apoio reabilitação ao Procera pelo Incra
acesso a capital	X ₁₃	recebimento de financiamento na modalidade Pronaf A
acesso a capital	X ₁₄	recebimento de financiamento na modalidade Pronaf A/C
acesso a capital	X ₁₅	recebimento de financiamento no Pronaf outras linhas
acesso a capital	X ₁₆	recebimento de financiamento de fontes diversas
estratégias de comercialização	X ₂₉	produção de grãos prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₀	produção de hortaliças prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₁	produção de frutas prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₂	materiais de reflorestamento prioritariamente vendidos para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₃	materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₄	produção animal prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₅	produção agroindustrial prioritariamente vendida para o poder público
estratégias de comercialização	X ₃₆	produção de grãos prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X ₃₇	produção de hortaliças prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X ₃₈	produção de frutas prioritariamente vendida para atravessadores

estratégias de comercialização	X39	materiais de reflorestamento prioritariamente vendidos para atravessadores
estratégias de comercialização	X40	materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos para atravessadores
estratégias de comercialização	X41	produção animal prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X42	produção agroindustrial prioritariamente vendida para atravessadores
estratégias de comercialização	X43	produção de grãos prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X44	produção de hortaliças prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X45	produção de frutas prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X46	materiais de reflorestamento prioritariamente vendidos diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X47	materiais oriundos do extrativismo prioritariamente vendidos diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X48	produção animal prioritariamente vendida diretamente para consumidores
estratégias de comercialização	X49	produção agroindustrial prioritariamente vendida diretamente para consumidores
existência de cooperação ou associação	X1	participação de algum membro da residência em associação ou cooperativa;
existência de cooperação ou associação	X2	participação frequente de algum membro da residência em associação ou cooperativa;
existência de cooperação ou associação	X11	comercialização da produção realizada em conjunto com outros assentados;
existência de cooperação ou associação	X12	aquisição de sementes, fertilizantes e outros produtos para produção realizada em conjunto com outros assentados;
existência de cooperação ou associação	X50	produção no lote desenvolvida de forma coletiva/comunitária
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X17	realização de práticas conservacionistas: adubação verde
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X18	realização de práticas conservacionistas: curvas de nível
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X19	realização de práticas conservacionistas: rotação de culturas
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X20	realização de práticas conservacionistas: consórcio de culturas

utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₁	realização de práticas conservacionistas: recuperação de áreas
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₂	realização de práticas conservacionistas: adubação orgânica
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₃	Realização de práticas conservacionistas: controle alternativo de pragas e doenças
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₄	realização de práticas conservacionistas: sistema agroflorestal
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₅	realização de práticas conservacionistas: educação ambiental
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₆	realização de práticas conservacionistas: cordões de vegetação
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₇	realização de práticas conservacionistas: pousio
utilização de técnicas conservacionistas de uso da terra	X ₂₈	realização de práticas conservacionistas: outras
tempo de criação do assentamento	X ₅₁	perfil histórico de criação do assentamento

Fonte: base de dados da PQRA (INCRA, 2011) – elaboração própria.

Sobre os autores

Acácio Zuniga Leite – Graduação em Engenharia Florestal pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB). Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários da Universidade de Brasília (UnB). **OrCID** – <http://orcid.org/0000-0002-4066-0447>.

Sérgio Sauer – Graduação em Teologia pela Escola Superior de Teologia e em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás. Mestre em Filosofia da religião pela School of Mission and Theology - Faculty of Arts/University of Bergen, Noruega. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor dos Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGCDS) e Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMADER) da Universidade de Brasília (UnB). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2014-3215>.

Bruno Portela Brasileiro – Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em Recursos Genéticos Vegetais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em Genética e Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-2807-7993>.

Araê Claudinei Lombardi – Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), especialização em Agroecologia pela Universidade Internacional de Andalucia e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3918-6549>.

Como citar este artigo

LEITE, Acácio Zuniga; SAUER, Sérgio; BRASILEIRO, Bruno Portela; LOMBARDI, Araê Claudinei. Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 48-72, set.-dez., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica, foram desenvolvidas em grupo. O autor **Acácio Zuniga Leite** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e aquisição de dados; o autor **Sérgio Sauer**, pela supervisão dos trabalhos e revisão final; o autor **Bruno Portela Brasileiro**, pelo tratamento, e análise estatística dos dados; o autor **Araê Claudinei Lombardi** pelo desenvolvimento teórico-conceitual e revisão final.

Recebido para publicação em 12 de setembro de 2020.

Devolvido para a revisão em 11 de maio de 2021.

Aceito para a publicação em 23 de maio de 2021.
